

**O *SOFT POWER* NA GEOPOLÍTICA  
CONTEMPORÂNEA: ATIVISMO  
BRASILEIRO EM CONFERÊNCIAS  
SOCIAIS E AMBIENTAIS DA ONU**

*SOFT POWER IN  
CONTEMPORARY GEOPOLITICS:  
BRAZILIAN ACTIVISM IN SOCIAL  
AND ENVIRONMENT UN  
CONFERENCES*

*SOFT POWER EN GEOPOLÍTICA  
CONTEMPORANEA: ACTIVISMO  
BRASILEÑO EN CONFERENCIAS  
SOCIALES Y AMBIENTALES DE  
LA ONU*

**CHARLES SERRA TABARIN**

Programa de Pós-Graduação em Geografia –  
Universidade Estadual de Campinas  
(UNICAMP), Campinas/SP.  
E-mail: charles.serrat@gmail.com

**Resumo:** O fim da Guerra Fria e a hegemonia do Capitalismo como sistema econômico consolidaram o fenômeno da Globalização, resultando na formação de uma nova agenda internacional, baseada na cooperação e na interdependência interestatal. Com isso, novos temas (sociais e ambientais) emergem nas discussões e conferências internacionais, formalizando regimes internacionais em áreas antes restritas a discussões na escala nacional. O Brasil beneficia-se do novo cenário multilateral e almeja se consolidar como importante ator internacional, se valendo do *soft power*, ao protagonizar as conferências da Organização das Nações Unidas, a partir da década de 1990, com a finalidade de concretizar seu histórico objetivo de apossar-se de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Visto isso, o presente artigo valeu-se de análises de relatos, notícias, documentos oficiais, artigos, entrevistas e pesquisas para verificar o ativismo brasileiro nas conferências sociais e ambientais da ONU, sob o vislumbre de novas formas de expressão de poder na Geopolítica contemporânea.

**Palavras-chave:** poder brando, geopolítica, Brasil, conferências, ONU.

**Abstract:** The end of the Cold War and the hegemony of Capitalism as an economic system consolidated the phenomenon of Globalization, resulting in the formation of a new international agenda based on inter-state cooperation and interdependence. In that way, new themes (social and environmental) emerge in international discussions and conferences, formalizing international regimes in areas formerly restricted to discussions at the national level. Brazil is benefiting from the new multilateral scenario and aims to consolidate itself as a major international player, using soft power, as the United Nations Conference, starting in the 1990s, to achieve its historic goal of seize a permanent seat on the UN Security Council. Thus, the present article used analyzes of reports, news, official documents, articles, interviews and research to verify Brazilian activism at UN social and environmental conferences, in the light of new forms of expression of power in contemporary Geopolitics.

**Keywords:** soft power, geopolitics, Brazil, conferences, UN.

**Resumen:** El fin de la Guerra Fría y la hegemonía del Capitalismo como sistema económico consolidaron el fenómeno de la Globalización, resultando en la formación de una nueva agenda internacional, basada en la cooperación y en la interdependencia interestatal. Con eso, nuevos temas (sociales y ambientales) emergen en las discusiones y conferencias internacionales, formalizando regímenes internacionales en áreas antes restringidas a discusiones a escala nacional. Brasil se beneficia del nuevo escenario multilateral y aspira a consolidarse como importante actor internacional, valiéndose del *soft power*, al protagonizar las conferencias de la Organización de las Naciones Unidas, a partir de la década de 1990, con la finalidad de concretar su histórico objetivo de se apoderará de un asiento permanente en el Consejo de Seguridad de la ONU. En el presente artículo se valió de análisis de relatos, noticias, documentos oficiales, artículos, entrevistas e investigaciones para verificar el activismo brasileño en las conferencias sociales y ambientales de la ONU, bajo el vislumbre de nuevas formas de expresión de poder en la Geopolítica contemporánea.

**Palabras clave:** poder blando, geopolítica, Brasil, conferencias, ONU.

## Introdução

O final do século XX foi marcado, na Geopolítica, com o fim da Guerra Fria e da União Soviética, concomitantemente o Capitalismo passa a predominar como um sistema global, repercutindo em uma nova fase do sistema econômico, a Globalização. Conseqüentemente, há a formação de uma nova agenda internacional, baseada na cooperação e na interdependência interestatal. Com a abertura de espaço para novas questões nas relações internacionais, as Conferências promovidas pela Organização das Nações Unidas, seguindo o curso do novo modelo, apresentam inovações, como a inclusão de temas de caráter social na agenda internacional e a participação de novos atores nas Conferências.

Nesse contexto, o poder e a Geopolítica sofrem transformações. O velho *hard power*, ou o poder baseado no confronto, perde espaço para o *soft power*, ou seja, o poder obtido por meio da atração, com o Estado conseguindo atingir seus objetivos influenciando outros Estados. Dessa forma, uma Geopolítica contemporânea se instala para compreender as novas manifestações do poder que ocorrem nos meios de acordos e cooperações.

A política externa brasileira tem atuado ativamente na Cooperação Sul-Sul, buscando se firmar como um porta-voz dos países periféricos e, almeja, com isso, conseguir uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU, representando estes países. Isso também ocorre nas pautas e conferências internacionais de temáticas sociais, nas quais o Brasil tem se consolidado como um importante ator, visando se projetar na política internacional e no novo cenário geopolítico multipolar que se instala nas últimas décadas.

À vista disso, o presente trabalho pretendeu averiguar a relevância da política externa brasileira no cenário internacional, no mundo pós-Guerra Fria, e seu ativismo frente aos acordos, conferências e tratados que buscam a solução dos problemas globais, buscando projeção internacional e obtenção de *soft power*, com o objetivo final de conquistar a antiga reivindicação de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

### **Contexto: o fim da Guerra Fria a Globalização**

Com o fim da Guerra Fria, o fim da União Soviética e a formação de uma nova agenda internacional, o Capitalismo passa a predominar como um sistema global, repercutindo em uma nova fase capitalista, a Globalização. A Globalização é definida por Giddens (1991) como a “intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa” (GIDDENS, 1991, p. 64).

De acordo com Iná Castro (2005), “é possível considerar a Globalização como o processo que torna toda a extensão do planeta um espaço” (CASTRO, 2005, p. 215). Para Giddens (1991) e Santos (2000), citados por Castro (2005, p. 242),

A globalização pode ser definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são moldados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa. A globalização se refere essencialmente ao processo de distanciamento entre tempo e espaço, na medida em que as modalidades de conexão entre diferentes regiões ou contextos sociais se enredaram através da superfície da Terra como um todo.

Já para Virgílio Arraes (2006), o processo de globalização:

Implica a integração de mercados, das estruturas produtivas e financeiras da economia global, engendra a feitura de regras comuns para disciplinar o intercâmbio e os fluxos de bens e serviços, de ativos financeiros, de informações e de pessoas, amplia o grau de interdependência mesmo em áreas tradicionalmente reservadas aos governos, como é o caso de segurança internacional (ARRAES, 2006. p. 85).

O sociólogo Zygmunt Bauman (1999) no livro “Globalização: as consequências humanas” argumenta que:

A globalização tanto divide como une; divide enquanto une - e as causas da divisão são idênticas às que promovem a uniformidade do globo. Junto com as dimensões planetárias dos negócios, das finanças, do comércio e do fluxo de informação, é colocado em movimento um processo de “localizador”, de fixação no espaço (BAUMAN, 1999, p. 8).

A Globalização se reflete principalmente nos aspectos e relações econômicos, de um capitalismo financeiro e de seu forte apelo a construção de uma economia global, que pode implicar inclusive no rompimento das fronteiras nacionais, para alguns autores, resultando no desaparecimento do Estado-nação. Entretanto, Castro (2005) enxerga o atual modelo não como a extinção do Estado, mas sim como a emergência da cooperação e organização interestatal, refletindo em uma resposta dos Estados ao cenário internacional instalado.

A Globalização, atrelado ao fim da Guerra Fria, teve consideráveis efeitos no cenário político mundial, atingindo tanto as políticas domésticas dos países, como as externas. Segundo Ana Carolina Mauad (2011), essas modificações se refletiram também nas relações internacionais e:

Todas essas transformações ocorreram de maneira muito acelerada após o esfacelamento da União Soviética, e a rapidez com que as alterações se deram foi em muito proporcionada pelo processo de globalização que, com as inovações tecnológicas dos meios de comunicação, fez que os eventos ocorridos no centro do sistema mundial afetassem a dinâmica das relações internacionais e das políticas domésticas em outras partes do mundo (MAUAD, 2011, p. 25).

Conforme apresentado o contexto mundial, as relações internacionais se atrelam à ótica da interdependência. De acordo com Keohane e Nye (1989), a interdependência “*means mutual dependence. Interdependence in world politics refers to situations characterized by reciprocal effects among countries or among actors in different countries*” (KEOHANE; NYE, 1989, p. 7). Ou seja, se instala globalmente um cenário de interdependência e cooperação internacional, amenizando a conflituosa conjuntura da Guerra Fria, abrindo espaço para novas temáticas, a serem tratadas em nível internacional, além das tradicionais segurança e defesa, que não perdem espaço.

De acordo com Matilde de Souza (2005),

O fim da Guerra Fria certamente abriu espaço para que muitas questões, até então marginais nas relações internacionais, se tornassem alvo de preocupações mais explícitas por parte dos atores relevantes da sociedade internacional (SOUZA, 2005, p. 7).

Ainda de acordo com a autora,

Essas temáticas ganharam maior espaço na agenda internacional entre o final dos anos de 1980 e meados dos anos de 1990. Parece não haver controvérsias de que a temática inaugurou, de forma mais visível, a introdução de questões sociais no debate em âmbito global. O que tornou relevante, na perspectiva das questões sociais, é a relação que se estabeleceu entre meio ambiente e

desenvolvimento e meio ambiente e direitos humanos (SOUZA, 2005, p. 8).

De acordo com Oliveira e Lessa (2006), os chamados “novos temas das Relações Internacionais” (na década de 1980), que eram tidos como diminutos frente o contexto da guerra fria, passam a compor a agenda internacional contemporânea, “à qual todos os países, inclusive o Brasil, tiveram que se adaptar com maior ou menor dificuldade” (OLIVEIRA; LESSA, 2006, p. 2). Assim, abrem-se novas frentes de cooperação e estratégias no cenário internacional, assuntos que serão discutidos nos próximos itens.

### **Geopolítica Contemporânea e o *soft power* como estratégia de poder**

O novo quadro apresentado também altera e transforma a geopolítica, que se torna um conjunto de ações empreendidas por diferentes atores internacionais, e não mais apenas o Estado. Segundo Bertha Becker, “Hoje, esta geopolítica atua, sobretudo, por meio do poder de influir na tomada de decisão dos Estados sobre o uso do território, uma vez que a conquista de territórios e as colônias tornaram-se muito caras” (BECKER, 2005, p. 71). Com isso, compreende-se que os Estados utilizam atualmente estratégias de poder e dominação a outros Estados, sem aplicar o denominado *hard power*, ou poder bruto, por meio de guerras, conflitos e demonstrações de fora. Sobre o *hard power*, Joseph Nye (2002, p. 36), “tanto o poder militar como o econômico são exemplos do duro poder de comando que se pode empregar a fim de induzir os demais a mudarem de posição”.

As forças econômicas do mercado, no contexto de interdependência da economia, com a Globalização econômica, não podem ser desconsideradas. Nas palavras de Joseph Nye (2002),

O poder econômico tornou-se mais importante que no passado, tanto em virtude do aumento relativo do custo da força quanto porque os objetivos econômicos passaram a ganhar vulto nos valores das sociedades pós-industriais. Num mundo em globalização econômica, todos os países dependem, até certo ponto, de forças do mercado que lhe escapam do controle direto (NYE, 2002, p. 35).

Assim como a Geopolítica, o poder sofre transformações, isso é, “No decorrer dos séculos, com o desenvolvimento das tecnologias, as fontes de poder se alteraram” (NYE, 2002, p. 31). Há novas formas do exercício do poder global, por meio do chamado *soft power*, que substituí hoje em dia a ênfase na força militar e na conquista, porque “A guerra não se tornou impossível, mas é muito menos aceitável hoje do que era há um ou mesmo há meio século” (NYE, 2002, p. 33).

De acordo com Joseph Nye Jr., *o Soft Power*, ou Poder Brando é a habilidade de um país de influenciar os outros a fazer o que deseja pela atração em vez de coerção (NYE, 2004). Ainda para Joseph Nye (2002, p. 36):

Na política mundial, é possível que um país obtenha os resultados que quer porque os outros desejam acompanhá-lo, admirando os seus valores, imitando-lhe o exemplo, aspirando ao seu nível de prosperidade e liberdade. Neste sentido, é igualmente importante estabelecer a agenda na política mundial e atrair os outros quanto forçá-los a mudar mediante a ameaça ou o uso das armas militares ou econômicas (NYE, 2002, p. 36).

A criação de agendas e regras internacionais, bem como o respeito a elas, influencia outros Estados a seguir a linha de pensamentos e políticas do Estado guia, que exerce o *soft power*. Nesse âmbito, o *soft power* é visto como uma estratégia de poder, na

qual um Estado articula ações visando expandir seu poder de influência sobre outros Estados. Nye acrescenta que “O poder brando se arrima na capacidade de definir a agenda política para formar as preferências dos demais” (NYE, 2002, p. 37). Assim, na sociedade de Estados, “Se eu conseguir leva-lo a querer fazer o que eu quero, não precisarei obrigá-lo a fazer o que você não quer” (NYE, 2002, p. 37)

Ainda seguindo na teoria de Joseph Nye (2002), temos que “os poderes bruto e brando estão relacionados e se reforçam mutuamente. Ambos são aspectos da capacidade de alcançarmos os nossos objetivos afetando o comportamento dos outros” (*ibidem*, p. 38). Acrescenta-se a isso que “certos países (...) têm uma influência política maior que seu peso militar e econômico por incorporar causas atraentes - como a ajuda econômica e o esforço pela paz – a suas definições de interesse nacional” (*ibidem*, p. 39). Assim, “o país que consegue legitimar seu poder aos olhos dos demais encontra menor resistência para obter o que deseja” (*ibidem*, p. 39). Ou seja, um Estado que consegue influenciar e atrair outros Estados, por meio do seu *soft power*, consegue atingir seus objetivos e interesses nacionais sem utilizar o *hard power*, ou a força bélica, sendo ainda capaz de moldar a agenda internacional, conforme seus anseios.

A capacidade de moldar a agenda internacional é extremamente benéfica a um Estado, uma vez que “Se conseguir estabelecer regras internacionais compatíveis com a sua sociedade, é menos provável que tenha que mudar” (NYE, 2002, p. 39). Além disso, “a universalidade da cultura de um país e sua capacidade de estabelecer um conjunto de normas e instituições favoráveis que governem setores de atividade internacional são fontes decisivas de poder” (*ibidem*, p. 39).

Com o explicitado anteriormente, podemos inferir que a Geopolítica se faz presente

“Tanto nas práticas imperiais de dominação bélica (Hard Power), quanto nas estratégias discursivas e de associativismos de cooperação (Soft Power) uma vez que a construção de acordos, e outros mecanismos de dominação podem ser entendidos como trunfos de poder (RAFFESTIN, 1993), por viabilizarem que atores estruturem o exercício do poder – seja ele territorial seja ele diplomático” (ROCHA, 2018, p. 133).

Em um cenário de interdependência estabelecido, de acordo com o diplomata José Augusto L. Alves (2001, p. 39), “O “poder” atual, de países em desenvolvimento e de potências econômico-militares, para ter credibilidade internacional, inclui necessariamente, como observa Celso Lafer, o *soft power* da democracia e dos direitos humanos no plano interno”. Direitos Humanos, democracia e oportunidades individuais são valores muito sedutores e causam admiração dos outros e faz com que eles passem a desejar aquilo que você quer. “Sob a ótica da interdependência complexa os estados passam exercer o poder não pela força, mas pela ótica da reciprocidade no sentido de cooperar para gerar ganhos para todos” (CADEMARTORI; SANTOS, 2016, p. 6).

No esteio da formação de uma Geopolítica Contemporânea, tem-se que

É demonstrado que o uso de conceitos como regime ambiental, interdependência, sensibilidade e vulnerabilidade importam na conjuntura de crise ambiental atual e no jogo político das relações internacionais ao desvelarem novas agendas temáticas e atores que dinamizam a geopolítica contemporânea (SENHORAS; MOREIRA, 2008, p. 48).

Senhoras e Moreira (2008) acrescentam ainda que

Com o crescente processo de globalização, que erode as bases conceituais até então hegemônicas, bem como as bases políticas e institucionais das representações espaciais, os estudos geopolíticos clássicos embasados nos Estados territoriais têm cedido espaço para outras escalas e temas. Em um período em que as fronteiras têm se tornado mais porosas e fluidas diante da multi-territorialidade de uma série de processos econômicos, sociais, políticos e ambientais, o princípio da soberania e das práticas associadas às tradicionais funções e natureza do Estado vêm sofrendo crescentes questionamentos e repercutem sobre a geopolítica da escala internacional (SENHORAS, MOREIRA, 2008, p. 53).

Dito isso, pode-se concluir que a geopolítica no século XXI, pós-Guerra Fria, se redesenha por meio da cooperação, dos novos atores e das novas escalas de análise em meio ao cenário internacional que se põe.

### **Cooperação e conferências: a formação de uma nova agenda internacional**

Com o fim da Guerra Fria, novas temáticas emergem em importância na agenda internacional, entre elas ramificações dos direitos humanos, desenvolvimento sustentável e meio ambiente, junto à novas formas de segurança e defesa, sendo abraçadas por organizações internacionais, com destaque para a ONU. De acordo com Matilde de Souza (2005, p. 7):

O fim da Guerra Fria certamente abriu espaço para que muitas questões, até então marginais nas relações internacionais, se tornassem alvo de preocupações mais explícitas por parte dos atores relevantes da sociedade internacional.

Para Aprígio (2017), nesse contexto

A política internacional deixou de se centrar única e exclusivamente em aspectos de poder – *high politics* –, que definiam o jogo de forças e as grandes

estratégias de segurança internacional. Ao contrário, abre-se espaço a um maior pragmatismo em termos de agenda. Uma agenda que se distingue pela mudança contínua, uma característica que decorre da própria natureza do meio internacional, englobando temas econômicos, sociais, ambientais, etc. – *low politics*” (APRIGIO, 2017, n.p.).

Autores como Eiiti Sato (2000), também embasam essa questão e, explica que desde o final do século XX, a agenda internacional se apresenta de forma diferenciada, deixando de existir uma separação entre *high politics* e *low politics*, extinguindo a antiga hierarquia de temas, com novas temáticas ganhando destaque, como meio ambiente, narcotráfico, as novas bases da competitividade internacional, direitos humanos, conflitos étnico-religiosos, entre outros. Ainda de acordo com Sato (2000), “as questões relativas à segurança estratégica não deixaram de ocupar posição de destaque, mas passaram a ser vistas de modo cada vez mais integrado a esses novos temas da agenda internacional” (SATO, 2000, p. 139).

As novas temáticas abordadas na agenda internacional, tão relevantes quanto questões de segurança, passam a englobar questões socioespaciais, direitos humanos e o meio ambiente, conceitos como desenvolvimento sustentável ganham destaque e, há uma intensa relação entre os temas emergentes. Segundo Souza (2005),

Essas temáticas ganharam maior espaço na agenda internacional entre o final dos anos de 1980 e meados dos anos de 1990. Parece não haver controvérsias de que a temática inaugurou, de forma mais visível, a introdução de questões sociais no debate em âmbito global. O que tornou relevante, na perspectiva das questões sociais, é a relação que se estabeleceu entre meio ambiente e desenvolvimento e meio ambiente e direitos humanos (SOUZA, 2005, p. 8).

O processo de Globalização, que “implica a integração dos mercados, das estruturas produtivas e financeiras da economia global, engendra a feitura de regras comuns para disciplinar o intercâmbio e os fluxos de bens e serviços, de ativos financeiros, de informações e de pessoas” (ROCHA, 2006, p. 85), de acordo com Rocha (2006), também contribui para uma ampliação da interdependência internacional e, isso também ocorre em “áreas tradicionalmente reservadas aos governos, como é o caso de segurança internacional” (ROCHA, 2006, p. 85).

A hierarquização das temáticas, como dito anteriormente, perde força com o fim do ambiente conflituoso bipolaridade ideológico-militar da Guerra Fria e uma atenuação dos assuntos de segurança militar nacional e internacional, e a abertura de espaço para uma agenda socioespacial global. Rafael Duarte Villa (2005) destaca essa conjuntura, em que:

A agenda internacional inclinou-se a ser menos hierarquizada, posto que o recuo da excessiva preocupação com assuntos de segurança nacional e internacional de natureza militar abriu brechas teóricas e institucionais para questões da agenda social global que, se bem eram pensadas e discutidas durante aquele período, ainda não tinham o suficiente destaque na ação internacional dos Estados ou de seus *policymakers* (VILLA, 2005, p. 156).

A agenda internacional permanece em constante mutação, de acordo com as condicionantes do próprio ambiente globalizado, dos atores em contínua transformação, além de modificações dos padrões econômicos e sociais, é o que defende Eiiti Sato (2000). Se aprofundando na temática, ainda ressalta que

Mudanças tecnológicas, por exemplo, em um curto espaço de tempo, podem alterar fluxos comerciais e financeiros tornando um grande negócio de hoje uma atividade econômica inviável amanhã.

Disponibilidade de mão de obra e de recursos naturais deixaram de ser, a médio prazo, garantias para as nações. Mesmo estruturas industriais maduras, para não serem ultrapassadas, precisam modernizar-se continuamente tanto do ponto de vista tecnológico quanto administrativo. Essas mudanças, obviamente, não ocorrem de maneira uniforme. Países e regiões não se transformam na mesma direção e quando, porventura, o sentido das mudanças pode ser considerado semelhante, a velocidade com que esse processo ocorre difere substancialmente de lugar para lugar. Além disso, fatores mais difíceis de serem percebidos e quantificados como os de base cultural e étnica podem combinar-se de muitas maneiras, em geral imprevisíveis, produzindo fatos e circunstâncias que condicionam a agenda internacional (SATO, 2000, p. 138).

Inseridos na agenda internacional, encontram-se os chamados “regimes internacionais”, que, de acordo com Krasner, *“International regimes are defined as principles, norms, rules, and decision-making procedures around which actor expectations converge in a given issue-area”* (KRASNER, 1985, p. 2).

A participação em regimes internacionais, conforme o autor,

Trata-se, com efeito, de muito mais do que o resultado de um cálculo de custo e benefício que leva em conta expectativas de perdas e ganhos ao se decidir assumir o compromisso de fazer valer, no plano interno, normas aplicáveis também em jurisdições de outros estados. Participar de regimes é simultaneamente um ato constitutivo da personalidade de um país e uma forma de tentar interferir no curso dos acontecimentos na esfera internacional” (ROCHA, 2006, p. 76).

Dessa forma, compreende-se que a Globalização infere em uma nova agenda global, com novas temáticas e pressupõe a interdependência entre os Estados, levando a cooperação internacional, que pode ser moldada através da participação em conferências e regimes internacionais.

## Política externa brasileira e o ativismo nas Conferências da ONU

A Política Externa Brasileira é reconhecida internacionalmente como calcada na solução pacífica de conflitos, por meio do Direito Internacional, na soberania e igualdade dos Estados e, pela estabilidade, garantida, segundo Cíntia Souto (2005), por sua operação “com um corpo diplomático qualificado, selecionado por concurso público e treinado nos cursos do Instituto Rio Branco, onde recebe os “paradigmas” da política externa brasileira” (SOUTO, 2005, p. 2). Um dos paradigmas destacados é a participação ativa nos fóruns multilaterais, desde o início do século XX.

A política externa do Brasil adotou o multilateralismo como norte, após o fim da Guerra Fria, nos anos 1990 e, com isso, participou intensamente da construção da nova agenda da Globalização, por meio da presença e comprometimento em diversas conferências realizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), em temas como “direitos humanos, meio ambiente e desenvolvimento, direitos da criança, direitos da mulher, racismo, segurança, entre outros” (PEREIRA, 2017, n.p.). Segundo o ex-ministro das Relações Exteriores Celso Lafer, o Brasil investiu no soft power da credibilidade, na década de 1990, ao participar ativamente da inserção dos novos temas globais na agenda internacional, na busca pela inserção no mundo baseada na visão gromeciana da conduta diplomática brasileira (LAFER, 2001, p. 118).

Para Lima, Fraga, Oliveira e Silva (2015),

Na busca de ampliar seu espaço diplomático e econômico, o Brasil tem apostado na presença em fóruns e discussões internacionais, mas também lançado ações concretas no sentido de parcerias

estratégicas no âmbito de uma perspectiva meridionalista, bem como no estreitamento das relações com os países que disputam a hegemonia global com os Estados Unidos que fazem parte dos BRICS, sobretudo Rússia e China (LIMA; FRAGA; OLIVEIRA; SILVA, 2015, p. 146).

A participação se estendeu, além das conferências, aos regimes internacionais vinculados, como “uma maneira de se constituir a própria identidade no ambiente internacional” (ROCHA, 2006, p. 92), inserindo o país no novo cenário internacional que se moldava.

De acordo com Antonio Jorge Ramalho da Rocha (2006, p. 93), “a própria identidade do País se constitui, pelo menos em parte, por meio da utilização do que se pode chamar de argumento moral, isto é, o apoio do Brasil a instituições e sua adesão a regimes internacionais em defesa de uma ordem internacional regida por normas”. Dessa forma, frequentemente “a política externa brasileira obtém êxito nesse processo e amplia sua capacidade de interferir na evolução dos eventos internacionais, quer quando propõe, quer quando se associa a regimes internacionais vigentes” (ROCHA, 2006, p. 93).

A reclamação dessa autoridade moral, de acordo com Rocha (2006), serve de base para o pleito de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU pelo Brasil, justificativa para que o país tenha se tornado ativista no cenário internacional nas últimas décadas.

Virgílio Arraes também defende essa visão ao afirmar que paralelamente à realização das grandes conferências, bem como a intensa participação brasileira,

Debater-se-ia a possibilidade de reforma da ONU, em especial de seu principal organismo: o Conselho de Segurança, constituído por 15 Estados, dos

quais cinco dispõem de assento fixo com poder de veto – Estados Unidos, Rússia, China, França e Grã-Bretanha -, enquanto os outros dez têm mandato de dois anos, distribuído de acordo com critérios geopolíticos – cinco para África e Ásia; dois para América Latina e Caribe; e três para a Europa: um para a parte leste e dois para a parte ocidental (ARRAES, 2006, p. 26).

Arraes acrescenta que:

A aspiração de cadeira permanente no CS por parte do Brasil significaria, de certa forma, uma tentativa de modificar, ao lado da participação nas conferências, a imagem recente do País, projetada de modo depreciativo em relação à questão da Amazônia, direitos humanos e escândalos políticos recentes, vinculados à Presidência da República (ARRAES, 2006, p. 26).

Além disso,

A obtenção da cadeira permanente refletiria a procura por mais prestígio externo, isto é, o reconhecimento da sociedade internacional, com o objetivo de legitimar, a posteriori, a aplicação de determinadas medidas políticas e econômicas, que haviam visado, a princípio, a estabilização monetária e, mais tarde, a modificação do perfil do Estado, ao integrar mais o País à economia internacional e, por conseguinte, revigorar a postura anti-estatal do início da década (ARRAES, 2006, p. 26).

O Brasil “procurou adequar-se a determinados regimes internacionais ao mesmo tempo em que reafirmava o respeito às normas e ao Direito Internacional” (ROCHA, 2006, p. 93). Com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92), a imagem do país se consolidou no cenário internacional como líder na área, “adquirindo a capacidade de participar ativamente da formulação da agenda, como se pôde observar ao Protocolo de Quioto” (ROCHA, 2006, p. 93).

Na área dos Direitos Humanos, o governo deixou de se calar e reconheceu a existência desses problemas no país. Dessa forma, o país se tornou um defensor dos direitos humanos e, admite também as dificuldades em afirmar esses direitos num contexto de desigualdades econômicas e sociais. Outra área que o Brasil vem se destacando é a do desenvolvimento como parte integrante da defesa dos direitos humanos. Defendendo que os países desenvolvidos desfaçam barreiras comerciais, favorecendo a produção econômica e as condições para a promoção dos direitos humanos nos países em desenvolvimento (ROCHA, 2006, p. 94).

Sobre o ativismo brasileiro no multilateralismo global, Amado Cervo e Antônio Carlos Lessa (2014, p. 136) atestam que:

A grande presença brasileira em órgãos multilaterais tradicionais, globais ou regionais, mantém-se, sobretudo por meio da máquina diplomática, o Itamaraty. Essa frente de ação associa-se à atuação em órgãos recentes criados por efeito da formação de blocos, de coalizões de poder e de cúpulas de Chefes de Estado e de governo, nos quais a delegação brasileira costuma agregar representantes de segmentos ativos da sociedade. Observa-se que o multilateralismo brasileiro penetra desse modo, por vontade nacional, o primeiro mundo e o mundo emergente, guiado pelo objetivo de fortalecer o poder e expandi-lo, em sintonia com a vocação globalista do país.

Para ilustrar a participação ativa brasileira em conferências e cooperação internacional buscaram-se alguns exemplos, dos últimos anos, do protagonismo do país em notícias, documentos oficiais e relatórios.

Lusimeire Pereira do Nascimento (2014), em sua dissertação de mestrado intitulada “Conferências das Nações Unidas e Política Ambiental Global: Protagonismo Brasileiro”, esboça a dianteira do Brasil frente às conferências e regimes ambientais internacionais a

partir da década de 1990, com o objetivo de apagar seu histórico de vilão ambiental e se consolidar no cenário internacional como um importante ator. Em suas conclusões, a autora afirma que:

O Brasil desempenhou, mais uma vez, a função de líder e promotor das discussões sobre gestão de recursos naturais e desenvolvimento ao defender, durante a Conferência do Rio, os postulados do desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, o país concretizou seu papel de importante ator internacional das causas ambientais, sendo, por muitas vezes, considerado uma “potência ambiental” tanto pela sua reconhecida megadiversidade quanto pelo seu poder de decisão e conciliação na definição da política ambiental global durante as Conferências das Nações Unidas sobre Meio Ambiente. Resultando na construção de um consolidado arcabouço legal de gestão e proteção do meio ambiente nacional, que serviu de exemplo e modelo a outros países interessados nessa temática (NASCIMENTO, 2014, p. 88).

Em entrevista à notícia do site do Ministério do Meio Ambiente, de dezembro de 2010, a ministra do meio ambiente da época, Izabella Teixeira, atestando o protagonismo brasileiro em conferências internacionais, afirma que

A 16ª Conferência das Partes da Convenção sobre Mudança do Clima, no México não gerava muitas expectativas por conta dos resultados da COP-15 em Copenhague, mas surpreendeu a todos, mais uma vez, pelo protagonismo do Brasil que, junto com o Reino Unido, conseguiu assegurar que o Protocolo de Kyoto continue em negociação, apesar das profundas divergências em relação à segunda fase de compromisso (MMA, 2010).

Outro caso que merece ser ressaltado é o papel brasileiro, elucidado por Henrique G. Pinto e Camila G. Alves (2013, p. 368). De acordo com os autores,

O arranjo político atual, com a emergência dos países do chamado BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) associada à crise econômica dos países europeus e norte-americanos permitiu

ao Brasil um papel de protagonismo em blocos de poder internacional, como o Mercosul e a Unasul, e o G-77, por exemplo (PINTO e ALVES, 2013, p. 368).

Contudo, o relatório do Observatório do Clima para a COP23 (23a Conferência das Partes da Convenção do Clima das Nações Unidas), “O que nós esperamos da COP23?”, resume a situação brasileira que conflita entre atitudes progressistas em grandes conferências, contribuindo na formulação de acordos, contudo no plano interno, isso não se reflete. Nas palavras do relatório,

O Brasil chega à reunião com dupla personalidade: progressista do ponto de vista da negociação, com seus diplomatas dispostos a sair dela com um desenho do manual de implementação do acordo; mas tragicamente regressivo do ponto de vista da política interna, e com a maior alta em suas emissões em 13 anos (OBSERVATÓRIO DO CLIMA, 2017, p. 1).

Além da participação ativa em conferências, podem-se citar casos em que o Brasil se destacou no cenário internacional por promover a cooperação e o desenvolvimento. O relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), de 2015, destacou o “protagonismo do Brasil na promoção do desenvolvimento regional e da cooperação Sul-Sul” e “a importância dos bancos de desenvolvimento no contexto internacional, capazes de fornecer investimentos de longo prazo para os mais países mais pobres, considerados arriscados pelo mercado global de capitais” (ONU, 2015), citando o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o que ilustra o papel ativo brasileiro em cooperação internacional.

### **Procedimentos metodológicos**

A presente pesquisa adotou como método a pesquisa qualitativa. Essa escolha parte da busca pela “complexidade e as contradições dos fenômenos singulares, a imprevisibilidade e a originalidade criadora das relações interpessoais e sociais”, característica desse método, partindo do pressuposto da interdependência entre o sujeito e o objeto (CHIZZOTTI, 1998, p. 78). Sendo que o objeto é dotado de “significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações” (CHIZZOTTI, 1998, 79).

Para o desenvolvimento desta pesquisa foram utilizados métodos de pesquisa de coleta de dados primários, considerados aqueles sem tratamento analítico, oriundos de documentos oficiais das Conferências Internacionais, promovidas pela Organização das Nações Unidas, com o objetivo de mapear a participação brasileira nessas, bem como entrevistas, artigos, notícias e outras fontes relevantes.

Posteriormente, foi realizada uma análise de dados qualitativos e documentos secundários prospectados através de bases de dados internacionais e nacionais, livros, periódicos e entrevistas, com o intuito de observar as contribuições da política externa brasileira para os debates da nova agenda internacional.

Metodologicamente, para compreender a inserção dos países na nova agenda internacional, precisa-se analisar a política externa, no caso da Geografia, “como uma versão *soft* presente na roupagem das estratégias Geopolíticas” (ROCHA, 2018, p. 132). Ainda de acordo com André Santos da Rocha (2018), “uma análise de aproximação dos desdobramentos da política externa com a natureza da ciência geográfica, permitem acessar alguns recursos fundamentais do novo quadro geopolítico” (ROCHA, 2018, p.133).

Para definir a política externa, Letícia Pinheiro (2004, p. 7) *apud* Rocha (2005, p. 133) explica que se trata do:

Conjunto de ações e decisões de um determinado ator, geralmente o Estado, em relação a outros Estados ou atores externos – tais como organizações internacionais, corporações multinacionais ou atores transnacionais – formulada a partir de oportunidades e demandas de natureza doméstica e/ou internacional.

A importância da análise da política externa, para André Rocha (2018), parte da premissa de que:

Se a política externa sinaliza e delinea as estratégias de interesses de um ator frente ao mundo, podemos entender que indiferente da postura (Soft Power ou Hard Power) ela indica claramente pistas de trama geopolítica deste Ator, em especial porque a condição prática de política externa dos Estados, em maior ou menor grau, tece suas estratégias em torno da construção de Hegemonias – que entendemos como formas de exercício de poder (ROCHA, 2018, p. 133).

Dessa forma, se a política externa desponta como uma nova estratégia de poder dos atores no cenário internacional, conclui-se que há uma nova forma de organização de poder (ROCHA, 2018, p. 134) e, portanto, cabe a Geografia das Relações Internacionais compreender tal fenômeno.

Por fim, elaborou-se um relatório que contemplou a discussão realizada durante todas as etapas da pesquisa, enumerando os objetivos atingidos e buscando traçar resoluções para a problemática central da pesquisa.

### **Considerações Finais**

Com o apresentado, podemos destacar a importância que as temáticas sociais ganham na agenda internacional pós-Guerra Fria,

cabendo aos países se adequarem ao novo cenário de multilateralismo. Inserido nesse contexto, avalia-se as novas formas de projeção internacional de poder, destacando-se o soft power e a divulgação de valores atrativos e democráticos frente ao mundo.

Concluimos ainda, que o Brasil, em consonância com a projeção geopolítica trazida pelo protagonismo no palanque dos fóruns e discussões internacionais, busca se lançar como um país emergente, parte dos BRICS, potência regional e porta-voz do Sul Global, devido ao prestígio de seu capital diplomático, promovendo um engrandecimento de seu *soft power* e, com isso, amplificar as possibilidades de compor, de forma permanente, o Conselho de Segurança da ONU, obtendo, assim, poder de decisão sobre os principais eventos internacionais. Contudo, a Cooperação Sul-Sul e o protagonismo brasileiro no cenário internacional sofreram abalos com a turbulência da política interna, com o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e o governo de Michel Temer e, as sinalizações do presidente eleito Jair Bolsonaro.

### Referências bibliográficas

ALVES, J. A. L. *Relações Internacionais e Temas sociais: a década das conferências*. Ed. FUNAG e Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. Brasília: 2001.

APRIGIO, A. *Paradiplomacia e interdependência: as cidades como atores internacionais*. Gramma, 2017.

ARRAES, V. “O Brasil e a ONU, de 1990 a nossos dias: das grandes conferências às grandes pretensões”. ALTEMANI, H. de O.; LESSA, A. C. (Orgs.). *Relações internacionais do Brasil: temas e agendas volume 2*. São Paulo: Saraiva; 2006.

BAUMAN, Z.; PENCHEL, M. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BECKER, B. K. “Geopolítica da Amazônia”. In: *Estudos avançados*, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005.

CADEMARTORI, L; H. U.; SANTOS, P. C. “A Interdependência Complexa e a Questão dos Direitos Humanos no Contexto das Relações Internacionais”. *Revista Brasileira de Direito*, v. 12, n. 2, p. 71-81, 2016.

CASTRO, I. E. de. *Geografia e Política: Território, escalas de ação e instituições*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2005.

CERVO, A. L.; LESSA, A. C. “O declínio: edição internacional do Brasil (2011-2014)”. *Rev. bras. polít. int.* Brasília, v. 57, n. 2, p. 133-151, dezembro de 2014.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

KEOHANE, R. O.; NYE, J. S. *Power and interdependence*. 2nd ed. Glenview: Scott Foresman, 1989. 315p.

KRASNER, Stephen D. (org). *International Regimes*. 8.ed. Ithaca: Cornell University Press, 1995

LAFER, C. *A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

LIMA, W. T.; FRAGA, C. N.; OLIVEIRA, A. M. L. de; SILVA, I. O. da. “A Importância Geopolítica do Conselho de Segurança na Organização das Nações Unidas para o Brasil”. *Revista de Geopolítica*, Natal, v. 6, n° 2, p. 136-149, jul./dez. 2015.

MAUAD, Ana Carolina Evangelista. *A participação dos governos locais na segunda conferência das nações unidas sobre assentamentos humanos (habitat II) e seus desdobramentos internacionais e nacionais*. 2011. 140 f., il. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MMA - Ministério do Meio Ambiente. “Brasil foi protagonista em conferências internacionais da ONU”. Ministério do Meio Ambiente. Dez. 2010. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/informma/item/6796-brasil-foi-protagonista-em-conferencias-internacionais-da-onu>. Acesso em: nov. de 2018.

NASCIMENTO, L. P. do. *Conferências das Nações Unidas e política ambiental global: o protagonismo brasileiro*. Dissertação (Mestrado

em Relações Internacionais) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2014. 97p.

NYE, J. S. *O paradoxo do poder americano: porque a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada*. São Paulo, SP: UNESP, 2002.

NYE JR, J. S. “Soft power”. In: *Power in the Global Information Age*. Routledge, 2004. p. 76-88.

NYE, J. S. *Cooperação e Conflito nas Relações Internacionais*. São Paulo, Editora Gente, 2009.

OC - OBSERVATÓRIO DO CLIMA. “O que nós esperamos da COP23?” Observatório do Clima. 5 de novembro de 2017. [online] Disponível em: <http://www.observatoriodoclima.eco.br/wp-content/uploads/2017/11/Relato%CC%81rio-COP23-v3.pdf>. Acesso em: Novembro de 2018.

OLIVEIRA, H. A. de; LESSA, A. C. (Orgs.) *Relações internacionais do Brasil: temas e agendas volume 2*. São Paulo, SP: Saraiva; 2006.

ONU - Organização das Nações Unidas. “ONU destaca protagonismo do Brasil na promoção do desenvolvimento regional e da cooperação Sul-Sul”. ONU Brasil. Out. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-destaca-protagonismo-do-brasil-na-promocao-do-desenvolvimento-regional-e-da-cooperacao-sul-sul/>. Acesso em: nov. 2018.

PEREIRA, A. de M. F. “Desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil: as políticas de gestão dos resíduos sólidos”. *XVI Congresso Internacional FoMercó*, UFBA, Salvador (BA), 2017 (não paginado).

PINTO, H. G.; ALVES, C. G. “Algumas considerações sobre o papel do Brasil na Rio +20 – A geopolítica ambiental em ação!”. *Revista Geonorte*, Edição Especial 3, v. 7, n. 1, p. 361-373, 2013.

ROCHA, A. J. R. da. “O Brasil e os Regimes Internacionais”. In: OLIVEIRA, Henrique A. de; LESSA, A. C. (Orgs.) *Relações internacionais do Brasil: temas e agendas volume 2*. São Paulo, São Paulo: Saraiva; 2006.

ROCHA, A. S. da. “A política externa e geopolítica brasileira na era Lula: uma análise dos acordos de cooperação técnica para a África”. RÜCKERT, A. A.; SILVA, A. C. P. da; SILVA, G. de V. (Orgs.). *Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território: integração sul-americana e regiões periféricas*. Porto Alegre: Editora Letra1, 2018, p. 131-144.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record, 2000.

SATO, E. “A agenda internacional depois da Guerra Fria: novos temas e novas percepções”. *Rev. bras. polít. int.* [online], v.43, n.1, p.138-169, 2000.

SENHORAS, E. M.; MOREIRA, F. de A. “Fundamentos normativos para uma geopolítica ambiental nas relações internacionais”. *1º SIMPGEO/SP*, Rio Claro, 2008.

SOUTO, C. V. “Bilateralismo e multilateralismo antes e depois do esgotamento do ‘nacionalismo de fins’”. In: *Segundas Jornadas de História Regional Comparada e Primeiras Jornadas de Economia Regional Comparada*, 2005, Porto Alegre. Anais das Segundas Jornadas de História Regional Comparada e Primeiras Jornadas de Economia Regional Comparada. Porto Alegre, 2005.

SOUZA, M. de (Org.). *A agenda social das relações internacionais*. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2005.

VILLA, R. D. “Agenda Ecológica global e regimes internacionais de meio ambiente: um estudo de caso difícil”. SOUZA, M. de (Org.). *A agenda social das relações internacionais*. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2005.

Submetido em: 15 de dezembro de 2018

Aprovado em: 22 de abril de 2019.